

SÉRGIO SANTOS

FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS

Violência Urbana, Racismo,
Sociabilidades Juvenis e Territorialidades.



SÉRGIO DA SILVA SANTOS

FACÇÕES CRIMINOSAS EM ALAGOAS Violência Urbana, Racismo, Sociabilidades Juvenis e Territorialidades

Edição de Autor
São Paulo /SP
2021

Copyright© 2021 by Sérgio da Silva Santos.

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito do autor.

Registro na Câmara Brasileira do Livro (CBL)

1ª edição - Fevereiro de 2021

Revisão: *Dalton Costa*

Capa: *Jéssica Conceição*

Fotos da Capa: *Jéssica Conceição*

Produção Editorial: *Frôntis Editorial*

www.frontis.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Sérgio da Silva
Facções criminosas em Alagoas : violência urbana,
racismo, sociabilidades juvenis e territorialidades /
Sérgio da Silva Santos. -- 1. ed. -- Maceió, AL :
Ed. do Autor, 2021.

Bibliografia
ISBN 978-65-00-15450-4

1. Alagoas - Condições sociais 2. Ciências sociais
3. Crimes - Aspectos sociais 4. Crimes (Direito
penal) - Brasil 5. Conflitos étnicos 6. Primeiro
Comando da Capital (Facção criminosa) - Alagoas
(Estado) 7. Racismo - Brasil 8. Violência urbana -
Brasil I. Título.

21-54021

CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência urbana : Sociologia 307.76

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Dedico este livro aos meus Pais,
por toda luta que realizaram para
minha formação como sujeito social.





Sérgio Santos

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e possui Graduação em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É coordenador do NUPER/AL - Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Racismo em Alagoas. É membro do GERTS - Grupo de Pesquisa e Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (UFS) e do NEVIS - Grupo de pesquisa Violência Cidadania e Segurança (UnB). É filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN. Integrou a Comissão de Cotas Raciais na Pós-graduação da UFAL (2016-2018). É professor de Antropologia e Sociologia aplicada ao Direito. É servidor público no estado de Alagoas.

Agradecimento

Agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo nesse processo tão difícil e prazeroso de pesquisar e escrever sobre algo tão importante. Desde o início desse projeto, contei com uma diversidade de pessoas que me auxiliaram e me disponibilizaram tempo para responder perguntas e contar narrativas sobre o tema que escrevo neste livro.

Além disso, agradeço aos profissionais de segurança pública que me deram suporte para este empreendimento. E colegas e amigos que opinaram criticamente sobre este livro.

Agradeço a minha família, principalmente meus pais, pelo apoio. Também agradeço ao meu irmão, Sidcley Santos, cientista social como eu, pelos momentos de troca de experiências e debates sobre o tema.

Agradeço aos amigos e amigas pelo apoio e pelas diversas oportunidades de diálogos. Agradeço ao Movimento Negro alagoano por todo conhecimento que adquiri durante minha vida.

Agradeço especialmente a Jéssica Conceição pelo apoio incondicional e por me incentivar, como também, agradeço por fotografar e disponibilizar seu tempo para a produção da capa do livro.

Prefácio

Durante a escrita desse livro, que teve sua versão em tese de doutorado defendida em 2019, eu pensei inúmeras vezes se estava no caminho certo escrevendo sobre este tema. Admito que fui levado pelas circunstâncias e pelas questões que gravitavam em torno de mim.

Entrei na Polícia Militar em 2010, meses depois de finalizar a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Na oportunidade, escrevi um trabalho final sobre o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL e suas lutas por reforma agrária e moradia. Em 2014, produzi uma dissertação de mestrado sobre o Movimento Hip Hop de Maceió, num trabalho bastante produtivo. Por fim, no doutorado, quis avançar sobre as pesquisas em torno do Hip Hop e das juventudes, mas entendi que questões importantes estavam passando na minha frente e precisava refletir sobre elas.

Por algum tempo estive pensando sobre as questões urbanas, principalmente sobre as pautas que estavam evidenciadas em Alagoas, e a violência era uma delas.

As facções criminosas foram surgindo na medida em que eu pesquisava sobre violência, conversava e entrevistava pessoas que vivenciavam essas questões, principalmente os colegas, policiais militares. Esses são produtores de conhecimento sobre este fenômeno e buscam obter informações mais robustas sobre o tema.

É sobre isso que esse livro trata. De descobertas e narrativas sobre as facções criminosas em Alagoas, suas histórias/estórias e modos de representar. É também uma autopercepção sobre a cidade de Maceió e o modelo de segurança pública e traz uma abordagem sobre racismo, juventudes, sociabilidades e territorialidades em Maceió. Questões que caracterizam a violência urbana no Brasil.

Conteúdo

Agradecimento	5
Prefácio	7
Apresentação	11
Antes e hoje: a colonialidade como processo de produção de significados	16
O que dizem os jovens sobre as violências e as facções criminosas?	36
Frases captadas durante a roda de conversa:	39
As facções criminosas através das representações dos jovens.	39
Territórios e corpos: as facções criminosas nas narrativas da violência	47
As Experiências policiais e territorialidades.	50
Organizações Criminosas x Facções Criminosas: como a experiência policial define?	52
As narrativas policiais sobre “criminalidade” e “facções criminosas” em Maceió.	57
Aranha e Charlão: a firma como gênese	62
Staff: as passagens de Fernandinho Beira-Mar e Baby por Maceió e a repercussão prática do aparecimento das facções criminosas	66
As facções criminosas em Alagoas: os jornais, o sujeito faccionado e as redes sociais	76
“Eu faccionado”: a imposição do popular, as demandas acusatórias e a sofisticação do racismo.	80
Redes sociais e as representações simbólicas das facções criminosas.	92
As mulheres “faccionadas”: poucas narrativas e controvérsias.	102
Facções criminosas: quais os significados desses atores no cotidiano da segurança pública em Alagoas?	106
As facções criminosas e o sistema carcerário: a gestão do Estado e os dilemas dos corpos encarcerados.	112
Considerações finais.	123
Bibliografia	127

Apresentação

Este livro trata dos processos sociais produzidos pelo advento das facções criminosas em Alagoas. É fruto de uma pesquisa de doutorado produzida em 2019, através do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília - UnB. Tendo como sugestão as pesquisas acadêmicas produzidas por colegas cientistas sociais no Brasil, esforcei-me para compreender as dinâmicas locais e produzir reflexões que pudessem nos fornecer cenários sobre este fenômeno em Alagoas.

Alagoas é um estado do Nordeste que esteve muitas vezes em destaque no cenário nacional. Boa parte da aparição nacional se deu por questões que envolveram a política e a violência, como o caso PC Farias¹ e através da Gang Fardada, milícia que atuou em território alagoano na década de 1990. O imaginário social em torno do Nordeste, por muitas vezes representado em novelas e filmes nacionais, construiu a ideia de que os homens e as mulheres nordestinas são atores e atrizes permissíveis à violência, algo que se tornou marcante para os próprios nordestinos.

Recentemente, Alagoas chamou a atenção novamente por conta das altas taxas de homicídios e do crescimento exponencial da violência urbana. Maceió tornou-se um destaque negativo, com o título de capital mais violenta do Brasil em 2010, com taxas de homicídios de 68,8 por 100 mil habitantes. Esse fenômeno mobilizou o Governo Federal, na época sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), para que desenvolvesse políticas públicas de redução da violência, principalmente de homicídios. Antes, em 2009, desembarca em Alagoas um projeto do Governo Federal chamado Território da Paz, fruto de um diagnóstico que já apontara os graves problemas relacionados à violência na capital alagoana. Em 2012, de forma piloto, Alagoas recebe o Plano Brasil Mais Seguro e o Plano Juventude Viva.

¹ Paulo Cesar Farias era um empresário de Alagoas que ficou conhecido por atuar politicamente ao lado do então presidente Fernando Collor de Mello. Seu protagonismo tornou-se presença marcante no noticiário nacional, como também a repercussão da sua morte, em 1996.

A violência atravessa o cotidiano da vida urbana, nas notícias diárias sobre o tema ao meio dia e nos noticiários matinal e noturno, que apresentam as visitas e falas das autoridades e técnicos(as) do Governo Federal que traziam alguns instrumentos e metodologias para a resolução do problema. É a partir desse cenário e desse tempo-espaço que tomo boa parte das minhas questões neste livro. Mas, também, outras questões se tornaram presentes, principalmente os elementos que irão produzir interpretações quanto às facções criminosas no estado de Alagoas.

Apresento aqui uma análise sobre as diversas narrativas alagoanas ante o fenômeno da violência urbana aplicada ao advento das facções criminosas. A partir de depoimentos de policiais militares, de jovens e das matérias veiculadas nos jornais, construí diálogos em torno da realidade social que envolve processos de sociabilidades, criminalidade, representações sociais e, principalmente, do racismo institucional. As facções criminosas se tornaram tema de inúmeros debates no contexto da segurança pública e são também populares em qualquer lugar do país, principalmente depois da visibilidade da questão prisional no sudeste do país e, posteriormente, no Norte e Nordeste.

A primeira pergunta que fiz foi a seguinte: Quais os caminhos que essas narrativas percorreram e como elas são consolidadas e emprenhadas nos cotidianos? Assim, eu pude identificar os elementos que irão consolidar as representações sociais acerca das facções criminosas e compreender os processos que foram construídos através dos territórios, dos corpos, das redes sociais e do campo institucional.

A pesquisa que trago busca contribuir com um constante debate produzido pelas ciências sociais no Brasil. Estabelece um link com as abordagens da sociologia urbana, da juventude e da violência. E contribui de forma efetiva com reflexões produzidas na região Nordeste sobre as facções criminosas. Compreender esse fenômeno a partir dos estabelecimentos culturais, sociais, econômicos e políticos do Nordeste proporciona uma nova interface sobre a questão.

As experiências sociais dos interlocutores e interlocutoras que me auxiliaram nesse trabalho me fizeram optar pela adoção do termo “facção criminosa” para construir os processos reflexivos em torno dos relatos. É sabido que há uma mobilização no campo das ciências sociais em torno desses debates, que busca definir distinções ou mediações entre um enfoque institucional e as perspectivas nativas em torno do que seria uma “organização criminosa” ou uma “facção criminosa”. Aqui opto pela distinção entre elas, dialogando com as narrativas locais que foram constituídas pelos(as) meus(minhas) interlocutores(as).

Sérgio Adorno e Fernando Salla (2007) apresentam questões importantes sobre o fenômeno. Tratando sobre fatos que ocorreram em São Paulo e a criminalidade no Brasil, as reflexões que são apresentadas pelos autores são inovadoras e foram substanciais para que eu pudesse correr por estas pistas. Ao propor um debate sobre as rebeliões organizadas pelo PCC – Primeiro Comando da Capital, faz-se a seguinte exposição:

Se a questão se restringisse ao domínio das prisões, é mais provável que as ondas de violência tivessem gravitado em torno das rebeliões simultâneas, como ocorrera em fevereiro de 2001. Mas, agora, verificou-se uma novidade: a funcionalidade das relações entre o intra e o extramuro das prisões. A criminalidade organizada, mais propriamente o PCC, tinha urdido uma rede de apoio externa muito sólida. (p. 9)

Através da abordagem citada acima e outras observações que foram impulsionadas pelos autores, pude conectar as narrativas que produzem significados acerca do chamado “sujeito faccionado” e os processos de “faccionamento” desses indivíduos que discuto no livro. Para além, busquei trabalhar questões que envolvem os ciberespaços e as representações estimuladas pelas plataformas jornalísticas. As relações entre os significados construídos nas prisões forjam maneiras de existir das facções criminosas nas ruas e na internet. A partir de uma interlocução com a literatura produzida e a realidade imposta pelas dinâmicas da criminalidade em Alagoas, pude estabelecer uma reflexão sobre este fenômeno.

Michel Misse (2011) também nos apresenta uma abordagem sobre o crime organizado e crimes comuns no Rio de Janeiro, buscando diferenças e afinidades. É um trabalho de referência para os estudos da violência urbana e colaborou de forma incisiva nas minhas reflexões sobre o estado de Alagoas. Ao tratar sobre as dinâmicas que são presentes na realidade do estado do Rio de Janeiro, o autor faz a seguinte consideração:

O modelo das milícias, como também ocorreu com o jogo do bicho e com o tráfico de drogas, todos surgidos no Rio de Janeiro, vem sendo adotado em cidades de outros estados brasileiros, nacionalizando formas de organizações criminosas que têm no recurso à violência uma de suas principais características. (2011, p. 22)

A organização do crime e o advento de mecanismos sofisticados de redes é observado por Misse (2011). Tomei como recomendação e atenção esse destaque. Adotei a premissa do recurso da violência como uma marca, e aponto que ela, no caso alagoano, torna-se uma mola propulsora dos processos de sociabilidades.

Antes e hoje: a colonialidade como processo de produção de significados

Pensar sobre os processos sociais e culturais da violência em Alagoas, é resgatar a vivência negra neste lugar. A vida como ela é hoje, valorizada e tida como o principal bem que o ser humano pode ter, produziu sua porção de significados, ainda no período colonial. São as vidas brancas que possuem valorização, enquanto outros corpos foram empobrecidos, desprovidos de capitais e de positividade da vida. É comum o discurso branco das Ciências Sociais enfatizando que não se pode afirmar que há um genocídio da população negra, justamente porque o significado da palavra genocídio, ordenado e produzido através de um lugar e um tempo específicos, não corresponde ao que ocorre atualmente com a população negra no Brasil e no mundo. Limitação do olhar sociológico?

É preciso apresentar as versões sobre essas questões. Por que é preciso resgatar a todo instante os fatos produzidos cotidianamente pelo colonialismo e eurocentrismo para que a argumentação intelectual e da militância negra seja observada e analisada por intelectuais brancos(as)? Porque ainda desconfiarmos do genocídio ocorrido e que ocorre nas cidades brasileiras e no mundo. Sendo assim, é por necessidade que apresento, através da historiografia, o cotidiano de Alagoas e os processos sociais do colonialismo que edificaram as representações sociais em torno da população negra e definiram o valor das vidas.

Em *O Banguê das Alagoas* (2006), Manoel Diéguas Júnior apresenta de forma temporal as etapas do povoamento do território alagoano e as dimensões dos engenhos de açúcar nos processos de constituição de riquezas e exploração de africanos(as). A colonização em Alagoas, segundo Diéguas Junior (2006), dá-se através da agricultura da cana-de-açúcar. É por meio da economia açucareira que se expande a colonização do território, mas é também por meio das relações de parentesco, utilizadas nos processos de constituição das Sesmarias, que o território se expande dentro a mata densa existente. Os banguês, ou engenhos, tornaram-se centrais na constituição social de Alagoas. Neles se

agruparam indígenas, negros e portugueses. No entanto, eram esses últimos que detinham o poder social, cultural, político e econômico.

Diéguas Junior afirma que “vem do tronco português a formação da sociedade alagoana” (2006, p.85) e aponta a importância lusitana para a constituição de uma sociedade agrária, patriarcal e baseada na grande propriedade. É importante compreender que o olhar do autor sobre essas questões se baseia nas perspectivas que orientavam as leituras sobre a formação social e econômica do Brasil no período e, certamente, foi influenciado por alguns autores, principalmente por Gilberto Freyre (1900-1987), que escreveu o prefácio do seu livro.

Segundo as pesquisas realizadas por Alfredo Brandão (1935)² e publicadas no livro *Os negros da História de Alagoas*, há uma ênfase no registro da primeira presença negra em Alagoas e da presença branca, no mesmo tempo e espaço. Ou seja, há por parte de Diéguas Júnior uma supervalorização da influência portuguesa em detrimento da influência africana na constituição social e cultural de Alagoas. A posição de escravo na composição social, certamente, é a principal questão endossada pelo autor.

Diéguas Júnior expõe sua posição sobre o negro, destacando que ele foi um elemento que colaborou de forma fundamental na obra colonizadora. É na economia, especificamente no engenho de cana-de-açúcar, que se dá a centralidade da presença negra no território. O autor sugere que:

A partir da integração social na terra, os negros e as negras trazidas como escravas tiveram também o papel de colorir a população através da mestiçagem, apesar dos preconceitos criados com a distinção de classes sociais. (JUNIOR, 2006, p.87)

As dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas foram de fato determinantes para pôr a população negra no lugar de subalternidade. Entretanto, as interpretações que são construídas por alguns historiadores alagoanos, em particular por Junior (2006), reproduzem a naturalização do processo de exclusão. Assim, os significados produzidos na literatura historiográfica, tais como os referidos anteriormente, que apontam para uma população africana reprodutora de mestiços e para uma distinção social através das classes sociais, devem ser observados de forma extremamente crítica.

A África como lugar de origem, a língua falada, as práticas religiosas, o fenótipo, para além das classes sociais, produziram as distinções no período. Ser africano era ser negro e, conseqüentemente, escravo. Essas são dimensões representativas até hoje imaginadas e reproduzidas no Brasil e em Alagoas não é diferente.

2 Brandão, Alfredo. 1935 Apud Junior, Diéguas (2006).

migratório para os africanos. Junior (2006) aponta que os documentos, como inventários e testamentos de senhores rurais alagoanos, citam os principais grupos étnicos que foram sequestrados e trazidos para Alagoas: “africanos de Angola, Congo, Rebôlo, Costa da Mina, Benguela, Caxangue; raros os de Moçambique ou da Cabinda”.⁴ (JUNIOR, 2006, p. 164)

As marcas produzidas através do sequestro e da prisão atravessaram séculos. A população africana se tornou vítima do cárcere e esse regime impulsionou a representação do aprisionamento sobre estes sujeitos. Os relatos sobre os quilombos - principalmente o de Palmares, surgido em Alagoas e Pernambuco - são, sem dúvida, a melhor experiência para compreendermos as dimensões simbólicas produzidas sobre os africanos e afro-brasileiros.

O Quilombo dos Palmares surgiu no final do século XVI. A narrativa da liberdade, da fuga como alternativa ao cerceamento da vida, é, ante a atualidade, símbolo de resistência, principalmente para os movimentos sociais. Para a época, configurava-se crime absolutamente grave. É importante trazer esta reflexão porque ela apresenta alguns elementos que nortearão o conjunto das representações que demarcam as produções sobre os africanos e afro-brasileiros em Alagoas, tais como o modo como os jornais da época representavam as relações entre os “criminosos” e a polícia.

O “negro”, representação produzida pelo outro, repetidas vezes citadas na literatura alagoana como sinônimo de escravo, é palavra por vezes ressignificada pelo Movimento Negro. Ainda disputada quanto aos significados do passado e do presente, ela é uma peça fundamental para compreendermos a construção das sujeições produzidas em torno do ator-crime.

A busca insaciável pelos africanos escravizados era representada pelo “fugitivo”, designação dada não apenas pelo ato de praticar a fuga, mas pelo fato de se negar a ser explorado de forma sumária pelo senhor de engenho. A ideia de negação do status quo de “negro escravizado” mobilizou o enfrentamento à estrutura colonial e suas regras estabelecidas. Por isso, tornou-se inimigo, perseguido incansavelmente por seus algozes. A representação mais cruel de todos esses significados foram as diversas mobilizações da colônia em torno de várias tentativas de entrada no Quilombo dos Palmares.

Segundo a historiografia, foram 14 tentativas de entrada no Quilombo dos Palmares por luso-brasileiros. De acordo com a cronologia apontada por Die-

4 As referências de Diéguas Júnior aos testamentos e inventários foram importantes para identificar a origem social, cultural e política dos africanos sequestrados e trazidos para Pernambuco e Alagoas. É importante também para identificarmos as famílias que ficaram ricas explorando e matando pessoas pretas. Hoje é possível, através do trabalho de Diéguas Júnior e de outros autores que tiveram acesso aos documentos, identificar as famílias que ainda exercem determinado tipo de poder e riqueza oriunda da exploração da mão-de-obra africana e afro-brasileira no período escravocrata.

gues Júnior (2006, p. 171), essas tentativas aconteceram entre os anos de 1667 e 1694 – período de grande repressão a outros quilombos existentes, menores em comparação com Palmares, em Alagoas. Não era a constituição dos quilombos o ponto nevrálgico, mas sim a possibilidade dos africanos escravizados se tornarem livres. A mão de obra escravizada mantinha o funcionamento e o status das famílias açucareiras, de tal modo que não era possível o crescimento da produção sem as atividades realizadas de forma obrigatória e não remunerada. A única saída dos colonos era reaver “seus negros”. O ataque aos africanos livres acontecia de forma desproporcional, por meio da “caça”. A mobilização efetuava-se por meio da busca implacável pelos libertos.

É no século XIX que se pode encontrar registros frequentes sobre o cotidiano de afro-brasileiros em Alagoas, nos períodos anteriores e posteriores à Lei Áurea. É possível, a partir dos anúncios de jornais e regras sociais instituídas nas cidades alagoanas, identificar como os processos de socialização e produção de sentidos em relação aos afro-brasileiros se mantiveram. É possível ainda identificar como as relações poderiam ser “institucionais”⁵, e ao mesmo tempo “autônomas”.⁶ A polícia e os capitães do mato aparecem como atores dessas mediações.

Diéguas Júnior transcreve uma notícia veiculada pelo Diário de Alagoas, em de 2 de janeiro de 1866:

(...) num lugar na Gruta do Timbó, ao norte das cidades das Alagoas, um grande quilombo, composto talvez de trinta pretos, os quais vivem assaltando a quem passa e aos diversos engenhos daquela costa. Os pobres senhores de engenho e lavradores por tanto reveses sofrem no seu modo de vida, que tão pesados tributos pagam ao estado, estão agora sujeitos a novo tributo, que sobre eles derrama um bando de bárbaros salteadores. (2006, p. 174-175)

O registro acima, é importante destacar, não diz respeito a uma época específica, mas a uma representação que percorre séculos e que não é construída

5 Ressalto o debate em torno da família como instituição, principalmente no que se refere ao período colonial. A família portuguesa é a empresa colonial, segundo Sérgio Buarque de Holanda analisa em Raízes do Brasil (2006). A rede de parentesco e apropriação do público pelo privado, assim como as relações estruturadas de dominação e poder foram elaboradas à luz do paternalismo e do patriarcalismo. A maneira como Diéguas Junior expõe as questões que envolvem as famílias, as prisões e castigos sofridos pelos africanos e afro-brasileiros reforça a centralização do poder e, principalmente, da vigilância.

6 Aponto para uma questão relacionada à autonomia fazendo referência à inexistência do monopólio da força que deveria existir a partir de determinado imaginário acerca do poder das famílias de senhores de engenho. Destaco, seguindo um raciocínio de J.E.M. Doin em sua Tese Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930) (2001), que havia uma negação ao monopólio da legitimação da violência, e que figuras como capitães-do-mato seriam representações fiéis desse cenário. Particularmente, entendo a figura do capitão-do-mato como um acessório no processo de autonomia relacionado à prática de violência contra africanos e afro-brasileiros, e que sua existência aponta para uma possibilidade em torno da reprodução do monopólio do corpo preto como receptor de violência.

somente para aquele momento histórico. A nota jornalística não é uma informação, mas uma reclamação. Traduzimos da seguinte maneira: “o noticiante reclama que existem pretos soltos atrapalhando o lucro dos pobres senhores de engenho e que certamente clama por providências”. A notícia chama a atenção para o fato de que um organismo paralelo ao Estado está sendo organizado para cobrar tributos do pobre senhor. Um organismo composto por bárbaros salteadores. Não importa a época, os afro-brasileiros carregam consigo esse peso. A compreensão de como as representações funcionaram no período é fundamental, justamente para que as reflexões contemporâneas possam ser ainda mais ricas no que se refere às questões das(os) jovens negros, dos espaços públicos, dos processos interacionais com a polícia e com outras instituições.

Vejam um exemplo: “nenhum escravo, qualquer que for o sexo, poderia habitar fora da casa do seu senhor ou administrador sem o consentimento deste ou da Polícia”.⁷ Esse é um dos artigos do Código de Postura aprovado pela Câmara Municipal de Maceió em junho de 1851. Essa lei foi reflexo do impedimento do tráfico negreiro. A polícia era, naquele tempo, o acionamento “institucional” que garantia que os “fugitivos” seriam caçados. Logo, o acionamento da polícia, e não apenas dela, era uma forma de, em um primeiro momento, institucionalizar a criminalização dos afro-brasileiros; e em um segundo, garantir que não houvesse perda de mão de obra, já que não mais era permitida a realização do tráfico de pessoas para serem escravizadas⁸.

Os fatos sociais apresentados até o momento são cadeias de informações que elaboram estruturas de representações que fomentaram inúmeras formas de regulação em torno da liberdade e participação dos africanos e afro-brasileiros na vida social daquela época. Mas, sobretudo, definiram e definem questões que alimentam as estruturas político-sociais da sociedade brasileira. A frase: “Achei esse escravo no fumódromo! Quem for o dono avisa!”⁹ não foi dita ou divulgada em 1850, mas em 2018. As construções sociais e culturais dos afro-brasileiros estão conectadas por esta linha imaginária e representacional, em que a pessoa branca identifica a pessoa preta como escrava. Mas, para além

7 Uma lei que evidencia o olhar criminal para pessoas de pele preta. A lei aprovada pela Câmara Municipal de Maceió proibia a participação no cotidiano da cidade no período noturno. Outras leis foram aprovadas nesse sentido, constatando o recorte racial e social para o olhar criminal.

8 A lei Eusébio de Queirós, que teve o objetivo de findar o tráfico de pessoas, não acabou com o tráfico negreiro de imediato, no entanto, potencializou a vigilância dos chamados senhores de escravos sobre os africanos e afro-brasileiros que estavam nessa condição. “É importante destacar que as questões que envolviam a perseguição, encarceramento e uso de violência não cessaram ou diminuíram, como afirmou Diégues Júnior (2006), nem durante a chamada Invasão Holandesa, nem no período de “proibição” de tráfico de pessoas advindas do continente africano.

9 No dia 10 de março de 2018 o sítio virtual do Geledés Instituto da Mulher Negra reproduziu a seguinte notícia: “FGV suspende aluno por 3 meses após ofensa racista”. Um aluno da instituição destacada na matéria teria fotografado um estudante preto e compartilhado na rede social WhatsApp o adjetivando como escravo. O fato nos diz muito sobre as representações sociais em torno de pessoas de pele preta e como a memória social, cultural e política da época ainda se encontra, de alguma maneira, enraizada.

de um processo individual, essa perspectiva é coletiva e toma contornos institucionais.

Félix Lima Júnior apresenta em seu livro *Escravidão em Alagoas*, publicado em 1975, uma série de relatos e anúncios de jornais do período escravocrata e pós-escravocrata na cidade de Maceió. Logo no início da obra o autor pergunta: “O que fizeram os governos imperial, provincial e municipal por esses pobres pretos e pardos? Nada. Infelizmente. Não abriram escolas e nem oficinas onde eles aprendessem a ler e a trabalhar” (JÚNIOR, 1975, p. 9). A negação do direito ao conhecimento e ao trabalho remunerado era uma forma de potencializar as representações negativas dos afro-brasileiros. Os trabalhos eram forçados. Sem direito de circular pelos espaços da cidade, os africanos e afro-brasileiros eram vigiados e anunciados como mão de obra. Os registros jornalísticos que Félix Lima Júnior apresenta em seu livro retratam uma parte da história de Alagoas que se tornou tabu e foi esquecida, mas que se perpetuaram como marcas profundas para os afro-brasileiros residentes em Alagoas.

Situações envolvendo a atuação da polícia alagoana constam em muitos registros apresentados por Félix, retirados do Instituto Histórico de Alagoas, tanto em formato de documentos oficiais quanto de anúncios de jornais da época. É importante compreender como e porque a polícia era acionada; e quais os elementos simbólicos e de representações que foram construídos em relação a ela naquela época. O fato é que há um conjunto de relações e interações que envolvem afro-brasileiros, polícia, senhores de engenho, relatos de jornais e uma elite política. Assim, é possível que, diante dessa conjuntura, consiga-se definir a base da pirâmide hierárquica:

O Dr chefe de polícia da então província mandou recolher à cadeia, sete escravos do engenho Satuba, então pertencente à firma Felix Bandeira, Coutinho e Cia; presos pelo tenente da polícia militar, Laurindo Barbosa de Melo, pois preparavam um levante contra o administrador do mesmo. (JÚNIOR, 1975, p.30)¹⁰

É um relato importante no que se refere ao papel desempenhado pela polícia naquele período. A notícia divulga uma ação que tem como objetivo o atendimento a uma demanda do “senhor de escravos” em que se supõe que haveria naquele momento um levante de escravizados. A Polícia Militar de Alagoas foi fundada em 3 de fevereiro de 1832¹¹, recebendo o nome de Corpo de Guardas Municipais Permanentes e teve como primeira missão a manutenção

10 Anúncio descrito a partir do Livro *Escravidão em Alagoas* de Félix Lima Júnior, 1975. Notícia do Jornal “Diário da Manhã”, de 03 ou 05 de março de 1883.

11 A história da Polícia Militar do Estado de Alagoas (PMAL) consta no seu site: <www.pmal.al.gov.br>. Foi reproduzida no livro escrito pelo, atualmente, Capitão Sílvia Teles que narra, a partir da historiografia e de recortes de jornais, a história da PMAL.